

LEVANTAMENTO E DIAGNÓSTICO DE BENS CULTURAIS INTANGÍVEIS¹

Carlos Eduardo Caldarelli

Primeiro, devo a vocês uma explicação: era para estar aqui Emília Botelho, que ia fazer esta exposição. Infelizmente, porém, ela teve um imprevisto e não pôde comparecer a este Simpósio. Uma vez que eu também participei dos trabalhos que ela iria relatar, fiz algumas notas daquilo que eu ainda pude retirar do baú da memória e vou tentar expor algo acerca daqueles trabalhos para vocês, a fim de que tenham idéia do que foi feito, então, e de que contribuição se pode extrair deles para a discussão do tema que nos preocupa nesta mesa-redonda, qual seja, o dos recursos culturais intangíveis.

Os trabalhos mencionados dizem respeito a Porto Primavera, que é um projeto hidroelétrico, e a Ourinhos, outro projeto hidroelétrico. Em ambos, essa questão cultural ligada a populações vivas foi muito sentida pela equipe multidisciplinar que fez os estudos de impacto ambiental.

No caso de Porto Primavera, estava-se diante de uma Usina Hidroelétrica que já estava em construção antes da edição da resolução CONAMA nº 1 e que foi alcançada pelos efeitos da resolução CONAMA nº 10/87, pela qual era preciso que se fizesse um estudo prévio de impacto ambiental para que se obtivesse a licença de operação.

Formou-se, então, a equipe multidisciplinar encarregada de fazer o estudo, da qual faziam parte um sociólogo, uma antropóloga, um arquiteto e um historiador, para lidar com as questões relacionadas ao patrimônio cultural. Ocorre que, a essa altura, como já ficou dito acima, a Usina já estava em estado avançado de construção, estava praticamente pronta. Assim, o estudo prévio de impacto ambiental que foi feito ali, em primeiro lugar, não foi prévio e, em

¹ Artigo publicado em: CALDARELLI, S. B. (Org.). **Atas do Simpósio sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural: Repercussões dos Dez Anos da Resolução CONAMA nº 001/86 sobre a Pesquisa e a Gestão dos Recursos Culturais no Brasil**. Goiânia, Fórum Interdisciplinar para o Avanço da Arqueologia/IGPA-UCG, 1997: 145-147.

segundo lugar, padeceu com o fato de muitos dos impactos que deveriam ter sido estudados antecipadamente já estarem acontecendo, ou mesmo já terem acontecido.

Tendo em vista essas dificuldades de ordem prática, interessa discorrer, aqui, acerca de como foi que essa questão do patrimônio cultural, e mais particularmente a da cultura das populações presentes e atuantes ali, na região afetada pela construção de Porto Primavera, acabou, então, por ser colocada.

Em primeiro lugar, na cabeça do empreendedor, a idéia de patrimônio cultural estava muito ligada ao patrimônio edificado, enquanto composto de bens tangíveis, visíveis, facilmente identificáveis, ao mesmo tempo que havia a consciência da proteção legal de que gozam os restos arqueológicos, ou seja, a idéia que permeava a cabeça do empreendedor era a de que aquilo que iria ser atingido, aquilo que iria ser destruído, aquilo que iria ser turbado pela construção da Usina, era quase que tão somente aquilo que existia materialmente, ou seja, a água destinada ao reservatório da Usina, a construção desta última, a do canteiro de obras, etc., que são atividades exercidas sobre o mundo material, atuariam (destruindo, fazendo submergir, etc.) somente sobre coisas que também existiam no mundo material e nisto se resumiam os impactos negativos que a implantação de um empreendimento como o de que se tratava podia exercer sobre o patrimônio cultural.

Quanto aos outros aspectos da cultura local e regional, no máximo, reconhecia-se a existência de festas religiosas populares, como a de N. Sra. dos Navegantes, à qual se estava procurando dar um tratamento cujo *rationale* era muito semelhante ao descrito anteriormente: buscava-se oferecer um novo local onde a festa pudesse ser realizada, uma vez que aquele onde a maior parte dela se desenrolava tradicionalmente, o bairro de Porto Quinze, ia ser inundado.

Porém, como é sabido, a cultura é um todo indivisível, sendo as suas manifestações materiais, visíveis e palpáveis, inseparáveis da adesão a certas tradições e valores e da posse dos conhecimentos, habilidades e atitudes

necessários para que aquilo que ela torna possível que seja exposto aos sentidos seja produzido e reproduzido. Não é possível sequer compreender eventos mezinhas e simples para nós, como uma festa de aniversário, por exemplo, se não se pensa em instituições como o ano civil e a idade cronológica das pessoas, esta computada com base na regularidade da passagem ordenada, inevitável e infinda daqueles. É impossível comparecer a uma dessas festas e dela participar, se não se conhece e adere a costumes tais como os de oferecer presentes ao aniversariante e vê-lo apagar velinhas espetadas em um bolo. É, também, desejável que se possuam algumas habilidades, dentre as quais conta-se o saber cantar, em coro (ainda que desafinado), “Parabéns a Você”. Por último, espera-se do participante da festa que este mantenha uma atitude de alegria e receptividade. Promover uma festa dessas implica, evidentemente, saber de tudo isto e ter as habilidades necessárias para lidar com todos os seus elementos.

Não menos sabido é que inexistem manifestações culturais que dispensem as relações sociais que as engendram. No caso das nossas festas de aniversário, as relações mais importantes são as de parentesco e amizade, que fornecem pessoas para preparar a festa e a ela comparecer. Existem outras, tais como as que se estabelecem entre quem compra e quem vende um objeto qualquer que será dado de presente ao aniversariante; quem encomenda, quem prepara e quem transporta o bolo de aniversário, etc.

A maior parte das manifestações culturais exige, também, uma base material. Porém, uma vez que parece que ninguém duvida disto, não vale a pena perder tempo encarecendo o fato.

Assim, há pelo menos três formas de um empreendimento de grande porte produzir impactos negativos sobre o patrimônio cultural, vale dizer, sobre a cultura: alterando a valoração que se atribui a tradições, conhecimentos, habilidades e atitudes ligados a bens culturais, em geral, de natureza material ou imaterial; interferindo no modo como as relações sociais se entretêm para

permitir a realização das suas manifestações e agindo sobre as bases materiais em que se assentam estas últimas.

Voltando a Porto Primavera, vejamos o que tem a ver o que se acabou de dizer com o que ocorreu ali. Para tanto, vou expor brevemente os casos das olarias locais e da arquitetura vernacular das habitações das ilhas fluviais e ribeirinhas.

Antes disso, porém, peço licença para a seguinte digressão sobre a visibilidade dos fenômenos culturais: Assim como é fácil reconhecermos como tais manifestações culturais muito diversas daquelas a que estamos acostumados, é difícil admitir que o são, igualmente, aquelas a que estamos habituados. É estranho observarmos uma festa de aniversário como uma manifestação cultural, do mesmo modo que admitimos observar dessa forma um ritual em uma aldeia indígena.

Muito bem, isto posto, é fácil compreender que, a olhos desatentos, a produção artesanal de tijolos e outros artefatos de argila cozida, bem como o uso de métodos originais de construção de residências, baseados em materiais pouco utilizados em meio urbano, aliados a práticas construtivas e habitacionais adaptadas a regiões ribeirinhas e a ilhas, possam parecer anacronismos e, mesmo, sinais de miséria, ao invés de manifestações culturais locais.

Em Porto Primavera, aos olhos do empreendedor e dos seus prepostos, era da primeira forma que apareciam a produção oleira e a arquitetura vernacular locais, isto é, como excrescências que pouco ou nenhum valor possuíam e que podiam, quase automaticamente e com vantagem, ser substituídas por bens de uso similar, só que de valor mais alto e de utilidade maior, tais como pequenas propriedades rurais agricultáveis, no primeiro caso, e casas de alvenaria, no segundo.

Assim, ofereceu-se aos oleiros tratos de terra para plantio e aos ribeirinhos e ilhéus, casas de alvenaria, em troca das suas olarias e casas de madeira.

A esta altura, vale notar que esse é o primeiro impacto negativo importante que os grandes empreendimentos costumam causar sobre os patrimônios culturais locais: a sua desvalorização e desprestígio, que conduz ao seu abandono, principalmente porque, para oleiros e ribeirinhos, o acesso à terra e a residências de aparência urbana acabaram parecendo, de fato, modos de ascensão social.

Por outro lado, a brusca alteração da composição e espacialização de grupos domésticos e de trabalho acaba por alterar grupos de vizinhança e de amigos, bem como rotinas diárias e de maior periodicidade, de modo que onde antes havia uma comunidade, aparece uma população amorfa e desarticulada, sendo este o segundo impacto negativo de grandes empreendimentos sobre a cultura, a que se fez alusão agora, há pouco.

Em Porto Primavera, malgrado o que continha o tardio EIA-RIMA produzido, tudo isso acabou ocorrendo: oleiros que, quando muito, cultivavam pequenas roças complementares, voltaram-se para tentar viver principalmente do plantio em pequenas propriedades isoladas e proprietários de casas de madeira espalhadas pelo curso do rio foram levados a viver em aglomerações de casas de alvenaria, tendo havido casos em que, em uma só pessoa ou família, materializaram-se ambas as ocorrências.

Daí a desinteressarem-se todos, completamente, do destino das suas antigas casas e olarias não foi preciso mais: submergiram, sem lamentações e sem deixar qualquer testemunho, umas e outras, realizando-se, assim, o terceiro e último impacto negativo mencionado, qual seja, a destruição pura e simples de parte do patrimônio cultural local.

Então, devido a não se ter reconhecido que as pessoas com que se estava interagindo detinham uma parte do patrimônio cultural local, cujas características só elas mesmas podiam compreender e manipular, desastrada e talvez irremediavelmente, acabou-se por destruir aqueles elementos do patrimônio cultural local.

Deve-se ressaltar que, mesmo que se tivessem mantido as olarias e as casas de madeira em uma redoma, estas e aquelas, sem os conhecimentos, habilidades e atitudes a que estavam ligadas, pouco ou nada passariam a significar.

Apenas tomar cuidado com aquilo que é palpável, que é material, que é cal pedra e cimento, sem se preocupar com o conhecimento necessário para reproduzir aquela pedra cal e cimento, de nada adianta, no que diz respeito à preservação do patrimônio cultural.

Poder-se-ia, por outro lado, fazer restrições ao que acabou de ser dito, trazendo à baila o inconformismo dos oleiros com o seu modo-de-vida, por exemplo, que de fato existia e era manifesto em Porto Primavera.

Acontece que a atividade manufatureira ligada àquela atividade é muito complicada: exige uma série de equipamentos e conhecimentos especializados a respeito de como utilizá-los e vincula-se a fenômenos, naturais e não naturais, de periodicidade especial, muito diferente da ligada às lidas do agricultor. Pretender transformar repentinamente oleiros em agricultores é uma coisa que, no mínimo, é muito difícil de ser feito. O que é provável que aconteça (que esteja acontecendo, aliás) é que, num relativo curto espaço de tempo, não se tenha mais oleiros nem agricultores, tampouco cultura ligada à olaria, na região.

Sem pretender ditar receitas infalíveis e aplicáveis a quaisquer situações, parece óbvio que uma transição lenta e participativa de uma atividade à outra e que se preocupe com valorizar a atividade que se está abandonando poderia conduzir a resultados mais duradouros, menos destrutivos e menos traumáticos.

Outro tanto se pode e deve dizer das pequenas casas de madeira da zona ribeirinha e das ilhas: a evolução que esse tipo de arquitetura vernacular ainda poderia ter, ali, em Porto Primavera só poderia dar-se, se a essa cultura e a esse conhecimento se tivesse dado a oportunidade de continuar desenvolvendo-se, ou seja, se, destruídas aquelas casinhas de madeira, se tivesse procurado dar aos seus antigos proprietários a possibilidade de reconstruí-las, em outro lugar, talvez em outros termos, mas aproveitando o conhecimento que tinham acerca de métodos construtivos, materiais de construção locais, etc..

Certamente esse aspecto da cultura da população ribeirinha teria sua própria evolução e continuaria evoluindo em seus próprios termos.

Havia, ainda, em Porto Primavera, uma questão muito aguda que era a necessidade de acabar-se com um dos bairros de uma das cidades atingidas pelo empreendimento: tratava-se de Porto Quinze, de onde partia a procissão de Nossa Senhora do Navegantes que, entre outras particularidades, tinha a especificidade de acontecer no meio do ano e não no começo do ano como no resto do país.

A solução que se adotou implicou a retirada da população daquele bairro para um outro local, de modo que a procissão de Nossa Senhora dos Navegantes passou a sair daquela outra localidade, com uma série de pequenos prejuízos que acabaram considerados como tendo sido compensados pelo fato de o empreendedor estar fornecendo aos deslocados novas casas e nova infraestrutura.

Em suma, em Porto Primavera, casas de madeira compensaram-se com casas de alvenaria; olarias, com terra agricultável e bairros e trajetos de procissões, com outros bairros, “quase iguais, até um pouco melhores”, e outros trajetos para procissões, tudo na velha tradição segundo a qual os incomodados que apanhem o que puderem e se mudem!

Enfim, o que eu gostaria de ressaltar nessa experiência de Porto Primavera é que, a partir de uma desconsideração da problemática posta pelas

diferenças culturais, difíceis de serem vistas em determinados contextos, reconheça-se, o empreendedor, deixando de lado o fato de estar diante de uma cultura viva, em evolução, na região em que se ia instalar, acabou por levar as populações que a portavam a transacionar com aspectos do próprio modo de vida, da própria cultura, da própria tradição, oferecendo-lhes em troca apenas bens materiais, o que é, no mínimo confundir alhos com bugalhos.

Assim procedendo, perturbou seriamente, quando não liquidou de vez, os aspectos do patrimônio cultural local com que interferiu, comprometendo-o todo, dada a sua coerência interna e a sua irredutibilidade ao meramente material e utilitário, numa palavra, dada a sua indivisibilidade.

Quanto a Ourinhos, que é a segunda experiência que eu queria relatar para vocês, trata-se de uma cidade próxima ao rio Paranapanema, cujo nome foi dado à represa que ali se iria construir.

Bem, em Ourinhos, as questões mais agudas não se prendiam à visibilidade do patrimônio cultural local, nem à sua indivisibilidade, embora esses problemas estejam sempre presentes, mas ao modo como aquele patrimônio é produzido e reproduzido.

Isto era muito bem ilustrado por uma Folia de Reis que havia lá.

A Folia de Reis, em poucas palavras, é uma uma expedição petitoria que consiste de uma bandeira, atrás da qual vão músicos.

Faz-se uma coleta de dinheiro que é utilizado para que se faça, depois, uma grande festa para honrar os Santos Reis.

A Folia de Reis é muito preciosa, porque ela é relativamente rara, no País, hoje. Ela é permeada por relações de parentesco e compadrio, que fornecem os colaboradores do promotor da Folia, e baseia-se em crenças e acontecimentos peculiares.

É preciso que o Folião que promove a Folia sonhe com os Reis Magos e que lhes prometa que vai realizá-la durante sete anos seguidos e que depois vai passar esse encargo para outra pessoa, que também vai sonhar com os Reis Magos e continuar a tradição.

É fácil notar que, além de depender de uma série de acontecimentos que não se dão todos os dias, a Folia é um empreendimento de vulto considerável para as pequenas comunidades em que acontece.

Tudo isto implica repousar a sua continuidade sobre a estabilidade das relações entre as pessoas que a promovem e dela participam. Reassentá-las sem levar essa questão em conta é o mesmo que inviabilizar a Folia.

Felizmente, isso não ocorreu em Ourinhos.

A problemática, no entanto, tinha de ser reconhecida enquanto tal e em suas verdadeiras dimensões: uma Folia de Reis é uma jóia que não nos é permitido perder, por deixar que se quebrem, abruptamente, os elos da corrente de colaboração e transmissão de conhecimentos, crenças e habilidades que a tornam possível.

Dito isto, eu gostaria de encerrar, colocando essas questões da visibilidade, indivisibilidade e fragilidade do patrimônio cultural para o debate que virá depois.

Obrigado.